



ILUMINISMO PORTUGUÊS, COMPANHIA DE JESUS E O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA MODERNIDADE

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3531

Luciene Maria Pires Pereira, Unicesumar
Sezinando Luiz Menezes, UEM
Célio Juvenal Costa, UEM

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar a discussão, ainda inicial, acerca da relação entre a Missão dos Padres Matemáticos da Companhia de Jesus, Domingos Capassi e Diogo Soares no Brasil na primeira metade do século XVIII e o reconhecimento dos elementos econômicos e culturais do país, bem como suas relações com o desenvolvimento do conhecimento científico no Brasil e em Portugal na modernidade. Ao longo do século XVIII, o iluminismo difundiu-se pela Europa e promoveu um incentivo às inovações científicas e ao alargamento de aspectos culturais, que viviam períodos de mudanças, avanços e retrocessos desde o início da época renascentista. No caso de Portugal, na primeira metade do século XVIII, o desenvolvimento do iluminismo ocorreu de forma tímida, mas pôde contar com o incentivo de D. João V, o qual, levado também por razões políticas e econômicas, incentivou a divulgação das ideias iluministas no reino. Nesse período, destacou-se a figura de D. Luiz da Cunha, um dos primeiros notáveis de Portugal a reconhecerem a necessidade de se promover profundas transformações no país, transformações estas que passavam pela elaboração de mapas atualizados dos domínios ultramarinos portugueses que atenderia também ao objetivo de defender os territórios portugueses frente aos conflitos políticos com a Espanha. A necessidade de encontrar uma solução para a disputa com a Espanha levou D. João V a promover expedições para o Brasil com a finalidade de proceder ao mapeamento deste território. A realização de uma destas expedições pelos padres jesuítas permite verificar as transformações culturais pelas quais Portugal passava no início do século XVIII, além de nos ajudar a compreender o desenvolvimento das relações

Palavras Chave:

Iluminismo; Portugal;
Padres Matemáticos
Jesuítas; Conhecimento Científico; Século XVIII.

Introdução

A Idade Média foi entendida pelos estudiosos dos séculos seguintes como a “idade das trevas”, termo que tinha por objetivo ressaltar uma suposta pausa no desenvolvimento cultural e científico, interrompido com o fim da Antiguidade Clássica. Sobretudo no século XVIII, com o advento do iluminismo, a crença em uma idade das trevas, um período de obscuridade que durou mil anos e que não produziu conhecimento e não deixou legado cultural ou científico para a modernidade, aumentou e colocou os homens do medieval às margens do progresso cultural e científico.

Essa ideia de uma “idade das trevas” faz supor que, no início da modernidade, ocorreu uma “revolução científica”, sendo o termo entendido como uma ruptura com um passado cuja produção do conhecimento estava fortemente influenciada pela Igreja, fato que comprometia a validade dos estudos e sua contribuição para a construção de uma sociedade baseada na racionalidade. Nesse sentido, a “revolução científica na modernidade” subverteu as formas de obtenção do conhecimento existentes até então, o que explicaria a oposição da Igreja a essa revolução. Não concordamos com essa posição.

Neste artigo, pretendemos mostrar que a suposta oposição entre ciência e religião na modernidade deve ser repensada, uma vez que a história nos apresenta exemplos de como a Igreja participou e incentivou a produção do conhecimento científico no período da modernidade. Nossa pesquisa, ainda em fase inicial, pretende destacar o desenvolvimento da relação entre a produção do conhecimento e a Igreja por meio da atuação da Companhia de Jesus.

Sendo nossa proposta discorrer sobre a atuação da Companhia de Jesus no que concerne à sua contribuição para o desenvolvimento do conhecimento científico, retomaremos sua relação com o

desenvolvimento do Iluminismo em Portugal, uma vez que este é o berço de criação da Companhia e sua atuação em outras partes do mundo está entrelaçada com o contexto de expansão das ideias iluministas.

Renascimento, Iluminismo e a “Revolução Científica”

Ao longo do século XVIII as ideias iluministas difundiram-se pela Europa, estabelecendo as bases de uma nova concepção acerca dos homens e das sociedades e, por conseguinte, uma nova forma de produção do conhecimento.

A percepção que os iluministas tinham das sociedades e suas maneiras de produção do conhecimento, pode-se dizer, foi influenciada pela concepção renascentista que, em uma análise superficial, mostrou-se contrária à forma de produção e aquisição de conhecimento cultural e científico existente na Idade Média. Dessa forma, ao findar o período medieval, as sociedades europeias teriam passado por um momento de renovação e/ou transformação, cuja consequência seria a aceitação da ideia de uma “Revolução Científica” ocorrida na modernidade. Segundo Henrique Leitão,

O termo “Revolução Científica” tornou-se consagrada há algumas décadas. Com seu uso refere-se um conjunto vasto e extremamente complexo de fenômenos históricos, ocorridos de meados do séc. XVI a finais do século XVII, que tiveram a sua origem, ou com direta incidência, na prática científica. No entanto, a definição do preciso conteúdo semântico desse termo foi sempre muito controversa. Alguns autores chegaram mesmo a pôr em causa essa designação, fazer notar a inadequação da terminologia herdada da história política para descrever acontecimentos de história científica e cultural. Mas apesar de todas as controvérsias, os historiadores têm persistido em

empregar essa designação, talvez mais por comodidade de linguagem do que por algum tipo de consenso. Essa comodidade não deve, porém, fazer esquecer o caráter excepcionalmente complexo dos fenômenos que o termo pretende dominar. Tome-se como exemplo as muito estudadas transformações no campo da astronomia e da cosmologia, que foram, em grande medida, o “motor” dessa “Revolução” (LEITÃO, 2001, p. 108).

Nesse sentido, a ideia de uma “Revolução Científica” preconiza a visão de que, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna e o Renascimento, houve uma ruptura entre as concepções presentes no período medieval e aquelas características da modernidade. Nesse contexto, houve então, um acirramento dos conflitos entre ciência e religião, influenciando a oposição entre crenças cosmopolitas e crenças teológicas.

Embora esta seja uma visão recorrente e amplamente aceita, nossa proposta de análise fundamenta-se na ideia de que, até o século XIX, não se pode falar na existência de uma ruptura total com as concepções características da Idade Média, ou, em outras palavras, de uma ruptura com as concepções metafísicas e não científicas.

De acordo com Klaas Woortmann,

O Renascimento é um momento de transição, fundamental para a ciência moderna – embora esta só tenha se desenvolvido a partir do mecanicismo newtoniano – e para as ciências humanas em particular, pois a partir dele uma nova humanidade e uma nova alteridade começam a ser descobertas, juntamente com uma nova cosmografia e uma nova cosmologia. O descobrimento da América pelo Ocidente e a formulação corpenica da relação entre a Terra e o Sol são os marcos fundamentais dessa transformação

(WOORTMANN, 1997, p. 5).

Para este autor, a transição da Idade Média para a Idade Moderna não significou uma ruptura total com os conceitos e concepções elaboradas no período que antecede a modernidade. Para ele, as concepções científicas características da modernidade nasceram no seio de uma sociedade fortemente influenciada pela religião (WOORTMANN, 1997), sendo que ambas concepções – teológicas cosmológicas – convivem por muito tempo, uma convivência que, se não podemos dizer ser totalmente pacífica, também não podemos afirmar que se desenvolveu com as proporções que são comumente apresentadas.

Cabe ressaltar que a compreensão de uma convivência entre formas de conceber o conhecimento amparadas em uma cosmologia ou na teologia não anula o entendimento de que, em determinado momento, essa convivência deixou de existir. Nesse sentido, é preciso o entendimento de que o Renascimento é o momento de nascimento de uma concepção de conhecimento a partir da cosmologia que, nesse início, estabelece uma convivência com a concepção aceita até então, mas que, no correr da história, rompe com a mesma. Ou seja, há um rompimento entre as duas concepções, mas esse rompimento não ocorre de imediato, assim como também não é total.

A partir da leitura de autores como Woortmann (1991) e Henrique Leitão (2001) entendemos que a chegada da modernidade e, mais precisamente, o Renascimento, possibilitam um questionamento do conhecimento produzido até então, na medida em que dá liberdade para que os homens possam refletir acerca do pensamento existente, o que não significa necessariamente uma ruptura com esse rompimento, mas sim uma revisão e reflexão em relação a ele.

Com a difusão das ideias iluministas pela Europa entre o final do

século XVII e início do século XVIII, a ideia de uma oposição entre ciência e religião ganhou força, uma vez que uma das características do Iluminismo era a crítica a uma forma de pensamento baseado nas crenças e dogmas religiosos, aspectos característicos da sociedade medieval e que ainda podiam ser observados no período moderno. A partir dessa crítica, os pensadores iluministas defendiam – em linhas gerais – um conhecimento baseado na racionalidade e na cientificidade, conceitos que deram margem para estudos que colocam ciência e religião em lados opostos na história do desenvolvimento cultural e científico a partir da modernidade.

Companhia de Jesus: Ciência e Religião

Considerando nosso objeto de estudo, qual seja, a participação da Companhia de Jesus no processo de desenvolvimento científico e cultural do período moderno, mais precisamente na primeira metade do século XVIII, percebemos que essa concepção de oposição radical entre ciência e religião não se sustenta, pois os estudos realizados apontam para uma estreita relação entre a atuação dos padres da Companhia de Jesus em suas missões ao redor do mundo para a expansão do cristianismo e o incentivo e investimento desta instituição religiosa na formação científica e cultural de seus membros.

Segundo Menezes,

Nascida em um momento em que a Igreja precisava expandir a fé, converter infiéis e catequizar gentios, a Companhia de Jesus abandonou a contemplação e o recolhimento e se caracterizou pela ação, pela busca dos objetos de catequeses onde e quando os navios portugueses, espanhóis e franceses conduzissem seus membros. Da mesma forma, utilizou-se dos mais diferentes instrumentos que poderiam ser

úteis em sua ação (MENEZES, 2015, p. 58).

No contexto de expansão, a Companhia de Jesus buscou a formação de seus clérigos, uma vez que, para atuar em diversos mundos e culturas, com características e conhecimentos distintos e assim alcançar seus objetivos, os jesuítas precisavam ser respeitados e, para conseguir o respeito de povos diferentes, buscavam adquirir conhecimento, conhecimento este referente à realidade na qual iriam atuar. De acordo com Costa,

As expedições científicas mais modernas descobertas no Ocidente – as quais os jesuítas aprendiam e alguns se tornavam especialistas, dada a longa e rigorosa formação deles – se tornaram um verdadeiro instrumento de conversão, adquirindo o respeito dos seus ouvintes, principalmente quando disputavam com os sábios bonzos (COSTA, 2004, p. 171 apud MENEZES, 2015, p. 59).

Dessa forma,

Para exercer sua ação catequética, os jesuítas procuraram se adaptar a diferentes situações e, em seus esforços de conversão no Japão, recorreram a conhecimentos produzidos pela ciência ocidental (MENEZES, 2015, p. 59).

Como é possível observar, ao longo da modernidade, inserido em um contexto de expansão marítima e motivada pela possibilidade de expansão do cristianismo, a igreja católica, por meio da atuação da Companhia de Jesus, vai incentivar a formação cultural dos padres cuja responsabilidade era de promover a propagação da fé cristã. Assim, essa formação cultural passava pela aquisição de conhecimentos científicos que seriam instrumentos a favor dos padres jesuítas em suas missões nas diversas regiões ao redor do mundo.

A postura da Igreja, e mais precisamente da Companhia de Jesus,

demonstra que a Igreja não era contrária a uma concepção que primava por aspectos que, ao menos aparentemente, não se relacionavam com a fé ou religiosidade. O padre jesuíta Antônio Vieira é uma expressão dessa realidade. Segundo Menezes,

A Igreja não se colocava, a princípio, contra o estudo da natureza. Não foram poucos os clérigos, principalmente jesuítas, que contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento do mundo natural ao longo da modernidade.

Antônio Vieira não permaneceu alheio à busca desse conhecimento. No entanto, seus escritos sobre fenômenos naturais apresentam, certa ambiguidade: ora ele recorria aos textos sagrados, aos argumentos da fé, ora aos argumentos e aos postulados produzidos pelos filósofos da modernidade. Aparentemente, havia tensão entre o novo conhecimento produzido pela observação da natureza, pela racionalidade, e o conhecimento revelado, o princípio da autoridade (MENEZES, 2015, p. 47).

Os estudos do padre Vieira revelam uma aproximação com os elementos da natureza como forma de se entender a vida, estabelecendo uma nova forma de produção de conhecimento, que é, também, uma demonstração de como a Igreja permitiu um olhar mais dissociado dos elementos puramente dogmáticos ao se pensar os homens e a realidade.

Temos claro que essa aproximação com elementos da natureza presentes em estudos elaborados pelos membros da Companhia de Jesus não elimina os ensinamentos cristãos ou coloca em cheque a fé dos jesuítas. Ao contrário, as análises mostram que o estudo da natureza, para os jesuítas, estava

intimamente relacionado com o estudo da fé e com o conhecimento divino. Para os jesuítas, estudar os elementos da natureza era uma forma de se chegar a Deus, uma vez que a natureza foi por Ele criada e seria um grande livro por meio do qual seria possível compreendê-lo e se chegar até Ele. Diante disso,

Nos primórdios da modernidade, o conhecimento empírico da natureza e a religião não eram apenas ligados, mas eram também complementares. Conforme vimos, o estudo da natureza não tinha o objetivo de confrontar as escrituras, ao contrário, visava a decodificar as mensagens divinas que o homem, ainda, não compreendia (MENEZES, 2015, p. 64).

Considerando estas discussões, voltamos nosso olhar para as relações entre o envolvimento da Igreja como desenvolvimento científico na modernidade e o contexto português no qual se insere nossa pesquisa.

No caso de Portugal, na primeira metade do século XVIII, o desenvolvimento do iluminismo ocorreu de forma tímida, com o apoio de D. João V, o qual, levado também por razões políticas e econômicas, incentivou a divulgação das ideias iluministas no reino com o objetivo de fomentar as reformas necessárias ao estado português para que este superasse o atraso¹ em que se encontrava em relação ao restante da Europa. Desse modo, o reinado de D. João V marca um período de florescimento de estudos – desenvolvidos sobretudo na Academia Real da História Portuguesa – que buscavam alternativas para a sociedade (MENEZES et al, 2014, p. 439).

Conforme destaca Júnia Furtado,

Com efeito, a criação da Academia [Real da História Portuguesa], por Dom João V, em dezembro de

1 A utilização do termo “atraso” não significa a emissão de um juízo de valores. A escolha do

termo explica-se pelo fato de ser um termo utilizado pelos próprios portugueses no período.

1720, foi momento singular no processo de formação e consolidação de um grupo de intelectuais que se reunia em torno do monarca e nele encontrava seu principal mecenas. Nesse sentido, a Academia era sintoma evidente da formação em Portugal de uma República das Letras de viés iluminista (FURTADO, 2012, p. 71).

E ainda de acordo com a autora,

Tal qual na Académie des Inscriptions et Belles Lettres, e de forma bastante precoce, a criação da Academia Real da História Portuguesa aglutinava e dava visibilidade ao processo de transformação cultural, sob o viés iluminista, que ocorria no reino português. Ali se configurava uma elite intelectual, composta em grande parte de nobres de nascimento, mas não só, que imiscuía no Estado, colocando sua capacidade a seu serviço, usufruindo de privilégios e que, ao mesmo tempo, promovia sua própria ascensão social (FURTADO, 2012, p. 72).

Segundo Joaquim Romero Magalhães (2004), a sociedade portuguesa da primeira metade do século XVIII era caracterizada pela presença dos chamados “estrangeirados”, isto é, de indivíduos que tiveram a oportunidade de viver um período fora de Portugal e, por essa razão, entraram em contato com outras formas – consideradas mais avançadas – de conceber a cultura e a sociedade como um todo. Esses indivíduos, de acordo com o autor, ao retornarem a Portugal, entraram em conflito com aqueles que lá permaneceram e que, por este motivo, possuíam uma visão parcial das complexidades que permeavam as relações humanas.

D. Luiz da Cunha é apresentado pelo autor como um dos primeiros notáveis de Portugal a reconhecerem a necessidade de se promover profundas

transformações no país, transformações estas que passavam pela elaboração de mapas atualizados dos domínios ultramarinos portugueses (MAGALHÃES, 2004).

A proposta de uma atualização dos mapas referentes às possessões ultramarinas de Portugal apresentada por D. Luiz da Cunha no início do século XVIII demonstra uma preocupação com a possibilidade da perda da Colônia de Sacramento por Portugal, uma vez que o geógrafo francês Guillaume Deslile apontou em seus estudos que a Colônia de Sacramento e as terras do Cabo do Norte não pertenciam a Portugal, como acreditavam os monarcas deste reino, em desrespeito ao Tratado de Tordesilhas estabelecido em 1494 (MAGALHÃES, 2004).

A ocupação da Colônia de Sacramento por Portugal e a prova fornecida por Deslile de que esta ocupação era de certa forma ilegal, gerou um conflito entre Portugal e Espanha pela posse do território, que representava uma região economicamente importante. Diante desse cenário, o rei de Portugal D. João V destacou-se ao longo da primeira metade do século XVIII pelos esforços empreendidos na defesa de seus territórios além-mar. Defender as fronteiras de suas possessões, com destaque para o Brasil, tornar-se-á a diretriz do governo do monarca, resultando dessa política, dentre outros elementos, o desenvolvimento cultural e científico da sociedade portuguesa.

Para promover a defesa de seus territórios e garantir a posse das terras da Colônia de Sacramento, D. João V enxergou a necessidade de promover o (re)conhecimento dos limites de suas possessões na América por meio de um mapeamento que assegurasse o enquadramento destes territórios dentro de um contexto de exploração econômica por Portugal, garantindo assim o monopólio sobre as riquezas minerais do país e, também, o avanço pela região do

Rio da Prata.

A questão levantada por Deslile colocou em alerta D. João V que intensificou seus investimentos no desenvolvimento científico do reino. De acordo com Maria Fernanda Bicalho (1999),

D. João V fundara a Academia Real da História Portuguesa que reunia alguns dos espíritos mais ilustrados do Reino, como Bartholomeu e Alexandre de Gusmão (este a partir de 1732), o Padre Raphael Bluteau, o Conde de Ericeira, Manoel de Azevedo Fortes (Engenheiro-móI' do Reino), e Martinho de Mendonça de Pina e Proença (que viria a ser governador de Minas Gerais no período de compreendido pela missão dos padres matemáticos naqueles sertões). Apesar de seu cariz aristocrático, a Academia representou o renascimento dos estudos históricos, geográficos e cartográficos em Portugal. Simultaneamente, D. João V adquiriu os melhores mapas e obras de cartógrafos, engenheiros e gravadores de seu tempo, mandou vir a Lisboa astrônomos estrangeiros, encomendou instrumentos matemáticos em Paris, fundou um observatório e ordenou o restabelecimento, em novas bases, da cartografia do Reino. Os problemas de soberania, quer em Portugal, quer em seus domínios ultramarinos, mormente na sua porção mais preciosa, ou seja, na América, foram sem dúvida de terminantes para aquele renascimento científico (BICALHO, 1999, p. 78).

A necessidade de encontrar uma solução para a disputa com a Espanha, intensificada após os resultados dos estudos de Deslile levou D. João V a promover expedições para o Brasil com a finalidade de proceder ao mapeamento deste território. Além disso, contribuiu também para o incentivo às expedições, o interesse em descobrir novas regiões

auríferas no Brasil. Sendo assim, o monarca português confiou ao padre italiano Domingos Capassi e ao padre português Diogo Soares a tarefa de deslocarem-se para o Brasil com a

missão de traçar um Novo Atlas do Brasil, além de observar, por métodos astronômicos, as latitudes e longitudes de diferentes comarcas, cidades e vilas da América portuguesa, mormente daquelas integrantes da região centro-sul da colônia, entre o Espírito Santo e Minas Gerais e o Rio da Prata (BICALHO, 1999, p. 79).

Domingos Capassi e Diogo Soares pertenciam à Companhia de Jesus e ficaram conhecidos como os “padres matemáticos”, além de serem os responsáveis pelo desenvolvimento do “caráter científico à cartografia portuguesa justamente num momento em que as luzes e a racionalidade dos franceses impunham-se sobre o pensamento escolástico ainda predominante Portugal” (BICALHO, 1999, p. 79).

O Padre Diogo Soares era geógrafo, cartógrafo e naturalista e entrou para a Companhia de Jesus em Lisboa no ano de 1701, onde destacou-se pelo seu estilo claro enquanto pregador. Ensinou Humanidades durante seis anos e lecionou Filosofia durante quatro anos na Universidade de Évora (LEITE, 2004). Entretanto, foi como professor de Matemática no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, que obteve maior destaque. Domingos Capassi, astrônomo e cartógrafo, nasceu em Nápoles e ingressou na Companhia de Jesus em 1710, dedicando-se ao ensino da Gramática, das Humanidades e da Matemática (LEITE, 2004).

Menezes (et al, 2014, p. 453) chama nossa atenção para o fato de que a escolha dos “padres matemáticos” jesuítas para a missão no Brasil está relacionada com o fato de que estes, na primeira metade do século XVIII, contavam com o

conhecimento necessário para empreender os trabalhos na América, uma vez que “havia desenvolvido, por meio da Aula da Esfera do Colégio Santo Antão, os estudos necessários para produzir os conhecimentos empíricos que instrumentariam a Coroa portuguesa em seus embates ‘geopolíticos’ na América Ibérica”.

Merece destaque também, conforme as análises de Menezes (et al, 2014), a aparente contradição no fato de um trabalho de relevância para a manutenção dos privilégios econômicos da coroa portuguesa ser desenvolvido por jesuítas matemáticos, em um momento em que as ideias iluministas buscavam espaço no contexto europeu e, mais precisamente, na realidade portuguesa. De acordo com o autor, essa aparente contradição explica-se pelas conjunturas que marcaram a criação da Companhia de Jesus, às quais já nos referimos anteriormente.

Considerações Finais

Neste artigo objetivamos apresentar uma discussão acerca das transformações nas formas de produção do conhecimento no período de transição da Idade Média para a modernidade, enfatizando as relações entre o Renascimento e o Iluminismo a postura da Igreja diante da realidade que se apresentava naquele momento.

Dessa maneira, buscamos contemplar os estudos que partem da premissa de que, no momento histórico no qual situamos nosso trabalho, houve um conflito entre as concepções resultantes do período medieval e aquelas características da modernidade, considerando-se que o período moderno foi entendido enquanto uma ruptura com a realidade medieval em todos seus aspectos, mas sobretudo no que diz respeito às concepções científicas e culturais.

Com o apoio da bibliografia

referente ao assunto, compreendemos que a produção do conhecimento científico e cultural na modernidade não deve ser entendida a partir da dicotomia entre ciência e religião. Ao contrário, procuramos demonstrar que estes dois conceitos estiveram muito próximos no início do período moderno e que a aceitação da ideia de uma “Revolução Científica” nesse período não corresponde à realidade, mesmo porque o termo “revolução” implica em uma ruptura com algo – uma realidade e/ou uma sociedade – que pode ser desconsiderado e até mesmo desprezado em um determinado momento.

No que diz respeito às formas de produção do conhecimento, o termo “revolução” não se aplica na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, ao nosso ver, pelo fato de que o desenvolvimento da segunda não anula ou ignora os aspectos que caracterizaram a primeira em sua totalidade. Ao contrário, como vimos neste trabalho, a concepção que fundamenta a produção do conhecimento na modernidade convive, ainda que por um tempo, com a concepção teológica presente na Idade Média. Uma convivência que gera questionamento, mas que ainda assim, nos exemplos que aqui apresentamos, se aproximam.

Referências

- BICALHO, Maria Fernanda Batista. Sertão de estrelas: A delimitação das latitudes e das fronteiras na América portuguesa. In: **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, p. 73-75, 1999.
- FALCON, Francisco e RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). **A “época pombalina” no mundo luso-brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2015.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- LEITÃO, Henrique. **Os primeiros telescópios em Portugal**. 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da ciência e da técnica. Évora, 2000.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia de**

Jesus no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O projecto de D. Luiz da Cunha para o império português. In: **Estudos em homenagem a Luiz Antonio de Oliveira Ramos.** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 653-659.

MENEZES, Sezinando Luiz. **Antônio Vieira: o império do outro mundo e o império deste**

mundo. Maringá: EDUEM, 2015.

MENEZES, Sezinando Luiz; RODRIGUES, Giselle; COSTA, Célio Juvenal. A ilustração portuguesa e a missão dos padres matemáticos na América. In: **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, nº 2, p. 437-454, 2014.

WOORTMANN, Klaas. Religião e ciência no Renascimento, **Brasília: UNB, 1997.**